

O que o Fundo disse aos bancos sobre o Brasil

"No início de 1983 o Brasil empenhou-se em um vasto programa de ajustes, apoiado em amplo arranjo aprovado pelo Fundo, para o período que iria até fevereiro de 1986, e com a assistência da comunidade financeira internacional. O objetivo do programa econômico era reforçar o balanço de pagamentos, reduzir a inflação e proporcionar mudanças estruturais capazes de estabelecer as bases para um crescimento contínuo.

O Brasil teve um notável sucesso em conseguir um reforço da sua posição externa, e, no final de 1984, já havia superado os alvos do programa na área externa para o período que iria até 1985. Com base num significativo aumento das exportações, e numa substancial substituição de importações, particularmente no que se refere a derivados do petróleo, o excedente da balança comercial aumentou mais de 12 bilhões de dólares, de 1982 para 1984. As contas correntes do balanço de pagamentos atual cresceram de um déficit de quase 15 bilhões de dólares em 1982 para um virtual equilíbrio em 1984, e, no mesmo período, o balanço global saiu de um déficit de em torno de 6,5 bilhões de dólares para um superávit, de 7 bilhões de dólares. Como resultado, houve um crescimento significativo nas reservas internacionais líquidas do país, e os atrasos nos pagamentos externos foram eliminados. Esse reforço de sua posição externa permitiu ao Brasil orientar-se na direção da eliminação das práticas de divisas múltiplas e das restrições cambiais, a um ritmo mais rápido do que se pensara originalmente.

Também se fez progresso no processo de ajustes dos preços relativos e do reforço ao sistema de poupança, ajudando, assim, na criação de con-

dições para um aumento no crescimento. É de se notar que a mudança nos preços relativos favoreceu a exportação de bens. Os subsídios foram em grande parte eliminados, e o controle de preços foi reduzido. No setor público, houve um ajustamento equivalente a 6% do PIB no balanço fiscal operacional de 1982 a 1984. Em consequência dessas mudanças, e dos resultados favoráveis obtidos no setor externo, a atividade econômica começou a se recuperar. Depois de cair para 3,3% em 1983, o PIB real deve ter crescido em mais de 4% em 1984.

Contudo, os ganhos nas áreas que acabamos de mencionar não foram acompanhados de progressos na redução da inflação, já que a política monetária foi substancialmente menos restritiva do que se pretendia. O elevado grau de indexação da economia brasileira veio somar-se a essas dificuldades. A taxa de inflação passou de 100% em 1982 para mais de 200% em 1983, e cresceu mais um pouco em 1984. A eficiente taxa de câmbio e a política de taxas de juros adotadas pelas autoridades permitiram-lhes manter a competitividade externa do País, evitando danos sérios à poupança interna, mesmo em face das altas taxas de inflação. A persistência, contudo, de uma inflação elevada inevitavelmente introduz um grau de incerteza quanto a permanência das consideráveis conquistas brasileiras em outras áreas do programa, e ressalta a urgência de uma política financeira de restrição, a fim de dar início a um processo orientado no sentido de uma taxa mais baixa nos aumentos dos preços.

As autoridades comunicaram ao Fundo as suas intenções para o ano final do programa, apoiado pela extensão dos arranjos. Em parti-

cular, traçaram um programa que incluía uma drástica redução da taxa de expansão dos agregados monetários, com base numa intensificação bem marcada dos esforços fiscais, com a finalidade de reduzir a inflação sem nem por isso tumultuar o setor privado.

Do lado externo, o programa para 1985 contemplava a obtenção e um superávit comercial aproximadamente das mesmas dimensões que em 1984, o que teria tornado possível limitar o déficit, na atual conta do balanço de pagamentos, a menos de 1% do PIB. O financiamento desse déficit, e de um novo e modesto acúmulo líquido de reservas internacionais, havia sido projetado como possível sem a utilização de créditos externos do tipo fornecido pela comunidade bancueira internacional, através de novos recursos na negociação de 1983-84. O plano para 1986 e mais além, contempla o quase equilíbrio nas contas correntes, e, assim, o Brasil deveria estar em posição de conseguir o financiamento de que precisa, da parte dos bancos comerciais internacionais, através de empréstimos normais no mercado. Essa projeção pressupõe um aumento moderado nos investimentos diretos no Brasil, e a expansão contínua dos empréstimos bilaterais e multilaterais das agências internacionais e oficiais de empréstimos.

Subseqüente à elaboração em novembro-dezembro de 1984 do programa econômico das autoridades para 1985, que incorporou uma carta de intenção, a expressão monetária no Brasil desviou-se substancialmente do caminho que se esperava. A natureza e tamanho desses desvios não são coerentes com o programa concordado e deram origem a uma necessidade de reavaliação da situação, e de uma formulação de medidas políticas adicionais, parti-

cularmente nas áreas fiscal e monetária. Nenhum projeto ou dados relativos, para a consecução disso, foi até agora programado para 1985: estes serão determinados apenas em conexão com o programa de 1985.

Estamos, no momento, engajados em discussões construtivas com as autoridades brasileiras. Tentaremos concluir essas conversações no prazo mais rápido possível. Até então, e dados os resultados altamente favoráveis obtidos pelo Brasil na frente externa, o progresso feito no ajustamento dos preços relativos e na redução de subsídios, e em vista da continuidade das discussões sobre o programa para 1985, é da maior importância garantir que os arranjos de financiamento já existentes — incluindo-se aí as linhas de crédito interbancárias e para o financiamento do comércio — sejam mantidos.

O processo de colaboração iniciado nos fins de 1982 entre os membros da comunidade financeira internacional, a fim de lidar com os problemas de pagamentos internacionais, foi uma contribuição muito importante para a manutenção de um sistema financeiro internacional estável. A cooperação mostrada pelos membros da comunidade internacional — englobando bancos, agências oficiais de empréstimos, agências de supervisão, e as organizações multilaterais financeiras — tem sido criticamente importante no tratar da situação extremamente difícil que emergiu.

Vamos prosseguir nas nossas discussões com as autoridades brasileiras no mais breve prazo possível, e confio em que a comunidade internacional continue a demonstrar a cooperação necessária, até que essas discussões sejam completadas.

Saudações - Jacques de Larosière."